

POVOS RESILIENTES PLANETA RESILIENTE

Um Futuro Digno de Escolha

RELATÓRIO DO PAINEL DE ALTO NÍVEL DO
SECRETÁRIO GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE
SUSTENTABILIDADE GLOBAL

VISÃO GERAL

ÍNDICE

A VISÃO DO PAINEL	3
RESUMO DAS SEÇÕES DO RELATÓRIO	9
AS RECOMENDAÇÕES DO PAINEL	13
UM CHAMADO À AÇÃO.....	25
ANTECEDENTES DO PAINEL DE ALTO NÍVEL SOBRE SUSTENTABILIDADE GLOBAL.....	27
MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O TRABALHO DO PAINEL	30

O Secretário Geral da ONU estabeleceu em 2010 o Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global (GSP), para formular um novo projeto para o desenvolvimento sustentável e para a prosperidade com baixo carbono. Esta publicação constitui o relatório do Painel, “Resilient People, Resilient Planet: a Future Worth Choosing” (Povos Resilientes, Planeta Resiliente: um Futuro Digno de Escolha), que contém 56 Recomendações destinadas a colocar o desenvolvimento sustentável em prática e a integrá-lo à política econômica. Ele é uma contribuição significativa à agenda de desenvolvimento sustentável para um futuro em comum e proporciona também uma contribuição oportuna para as preparações para a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) no Brasil, em junho de 2012. Os 22 membros do Painel incluíram Chefes de Estado e de Governo, ministros e representantes atuais e anteriores do setor privado e da sociedade civil. Ele foi co-presidido pelo Presidente da Finlândia, Tarja Halonen, e pelo Presidente da África do Sul, Jacob Zuma.

O Relatório do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global, intitulado “Resilient People, Resilient Planet: a Future Worth Choosing” (Povos Resilientes, Planeta Resiliente: um Futuro Digno de Escolha) contém ao todo seis Seções: Seção I - A visão do Painel; Seção II - Progresso rumo ao desenvolvimento sustentável; Seção III - Capacitando as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis; Seção IV - Trabalhando rumo a uma economia sustentável; Seção V - Fortalecimento da governança institucional; e Seção VI - Conclusão: Um chamado à ação. Esta visão geral reproduz a Seção I do Relatório do Painel. O Resumo de Seções e o Chamado à Ação são retirados do Resumo Executivo do Relatório. As recomendações do Painel são reproduzidas integralmente.

Exoneração de responsabilidade: os membros do Painel endossam o relatório e de modo geral concordam com as suas conclusões. Os membros consideram que a mensagem deste relatório é muito importante. As recomendações e a visão representam o consenso ao qual chegaram os membros do Painel, mas nem todos os pontos de vista expressados neste relatório refletem os pontos de vista de todos os Membros individuais do Painel. Os membros do Painel naturalmente têm perspectivas diferentes sobre algumas questões. Se cada membro do Painel tivesse tentado individualmente redigir este relatório, ele poderia ter usado termos diferentes para expressar pontos de vista semelhantes. Os membros do Painel esperam que o relatório estimule o amplo diálogo público e fortaleça o esforço comum para promover o desenvolvimento sustentável global.

A reprodução está autorizada, contanto que a fonte seja citada.

Citação sugerida:

Painel de Alto Nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global (2012). Pessoas Resilientes, Planeta Resiliente: um Futuro Digno de Escolha. Nova York: Nações Unidas.

30 de janeiro de 2012.

I. A Visão do Painei

1. O nosso planeta e o nosso mundo estão vivendo hoje o melhor dos tempos e o pior dos tempos. O mundo vive uma prosperidade inédita, enquanto o planeta está sob uma pressão sem precedentes. A desigualdade entre os ricos e pobres do mundo está aumentando e mais de um bilhão de pessoas ainda vivem na pobreza. Em muitos países, há ondas crescentes de protesto que refletem as aspirações universais por um mundo mais próspero, justo e sustentável.
2. Todos os dias, milhões de escolhas são feitas por indivíduos, empresas e governos. Nosso futuro comum reside em todas essas escolhas. Devido à gama de desafios sobrepostos que o mundo enfrenta, é mais urgente do que nunca que nós tomemos medidas para adotar os princípios da agenda de desenvolvimento sustentável. Agora é o momento para empreender verdadeiras ações globais para que as pessoas, mercados e governos possam fazer escolhas sustentáveis.
3. A necessidade de integrar as dimensões econômica, social e ambiental de desenvolvimento para alcançar a sustentabilidade foi claramente definida há vinte e cinco anos. É hora de fazê-la acontecer. As oportunidades para mudança são vastas. Nós não somos vítimas passivas e desamparadas das forças impessoais e deterministas da história. E o melhor é que podemos escolher nosso futuro.
4. Os desafios que enfrentamos são grandes, como também o são as novas possibilidades que aparecem quando examinamos problemas antigos com um olhar renovado e revigorado. Estas possibilidades incluem tecnologias capazes de nos fazer recuar do abismo planetário; novos mercados, novo crescimento e novos empregos advindos de produtos e serviços inovadores; e novas abordagens em relação a financiamento público e privado que possam verdadeiramente retirar as pessoas da armadilha da pobreza.
5. A verdade é que o desenvolvimento sustentável é fundamentalmente uma questão das oportunidades dos povos influenciarem o seu futuro, reivindicarem seus direitos e manifestarem suas preocupações. A governança democrática e o pleno respeito aos direitos humanos são pré-requisitos chave para capacitar os povos a fazer escolhas sustentáveis. Os povos do mundo simplesmente não tolerarão a continuação da devastação ambiental nem a persistência das desigualdades que ofendem princípios universais profundamente enraizados de justiça social. Os cidadãos não aceitarão mais que governos e empresas, guardiões de um futuro sustentável para todos, violem seu pacto com eles. De maneira mais geral, a governança internacional, nacional e local em todo o mundo, bem

A Visão do Painei

como a sociedade civil e o setor privado, deverão adotar integralmente os requisitos de um futuro com desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, as comunidades locais devem ser estimuladas a participar de maneira ativa e consistente na conceitualização, planejamento e execução de políticas de sustentabilidade. Para isto, é essencial incluir os jovens na sociedade, na política e na economia.

... a visão de longo prazo do Painei de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global é erradicar a pobreza, reduzir a desigualdade e fazer que o crescimento seja inclusivo e a produção e o consumo sejam mais sustentáveis, ao combater a mudança climática e respeitar diversos outros limites planetários.

6. Portanto, a visão de longo prazo do Painei de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global é erradicar a pobreza, reduzir a desigualdade e fazer que o crescimento seja inclusivo e a produção e o consumo sejam mais sustentáveis, ao combater a mudança climática e respeitar diversos outros limites planetários. Isto reafirma o relatório decisivo de 1987 produzido pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, “Nosso Futuro Comum” (Documento das Nações Unidas A/42/427, anexo), conhecido por todos como o Relatório Brundtland.
7. Mas o que, então, deve ser feito se quisermos fazer uma verdadeira diferença para os povos do mundo e o planeta? Temos que compreender as dimensões do desafio. Devemos reconhecer que as causas desse desafio incluem os estilos de vida e padrões de produção e consumo insustentáveis, bem como o impacto do crescimento populacional. À medida que a população global aumente de 7 para quase 9 bilhões até 2040 e o número de consumidores da classe média aumente em 3 bilhões nos próximos 20 anos, a demanda por recursos aumentará de forma exponencial. Até 2030, o mundo precisará de no mínimo 50% mais alimentos, 45% mais energia e 30% mais água – tudo em um momento no qual as fronteiras ambientais estão impondo novos limites ao suprimento. Isso vale também para a mudança climática, que afeta todos os aspectos da saúde humana e planetária.
8. O modelo de desenvolvimento global atual é insustentável. Não podemos mais presumir que nossas ações coletivas não irão desencadear pontos de ruptura ao ultrapassarem-se limiares ambientais, arriscando a ocorrência de danos irreversíveis tanto aos ecossistemas quanto às comunidades

A Visão do Painel

humanas. Ao mesmo tempo, esses limites não devem ser usados para impor tetos de crescimento arbitrários aos países em desenvolvimento que buscam retirar seu povo da pobreza. De fato, se não resolvermos o dilema do desenvolvimento sustentável, corremos o risco de condenar até 3 bilhões de membros da nossa família humana a uma vida de pobreza endêmica. Nenhum desses resultados é aceitável e precisamos encontrar um novo caminho.

9. Há vinte e cinco anos, o Relatório Brundtland introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável à comunidade internacional como um novo paradigma para o crescimento econômico, igualdade social e sustentabilidade ambiental. Afirmava que o desenvolvimento sustentável poderia ser alcançado por meio de um marco regulatório integrado que englobasse esses três pilares. O Relatório Brundtland tinha razão na época e continua tendo hoje. O problema é que, 25 anos depois, o desenvolvimento sustentável continua sendo um conceito de aceitação generalizada em vez de uma realidade prática cotidiana. O Painel se questionou porque isso acontece e o que pode ser feito agora para mudar a situação.
10. O Painel concluiu que há duas respostas possíveis. Ambas estão corretas e estão inter-relacionadas. Indiscutivelmente, o desenvolvimento sustentável padeceu de falta de vontade política. É difícil argumentar contra o princípio de desenvolvimento sustentável, mas há poucos incentivos para colocá-lo em prática quando as nossas normas, políticas e instituições privilegiam desproporcionalmente o curto prazo. Em outras palavras, o dividendo político é de longo prazo, frequentemente intergeracional, mas o desafio político é quase sempre imediato.

... o conceito do desenvolvimento sustentável ainda não foi incorporado no fluxo do debate nacional e internacional sobre a política econômica... Entretanto, integrar questões ambientais e sociais às decisões econômicas é vital para o sucesso.

11. Há outra resposta a esta pergunta de por que o desenvolvimento sustentável não tem sido colocado em prática. É uma resposta que defendemos com verdadeira paixão: o conceito do desenvolvimento sustentável ainda não foi incorporado ao cerne do debate nacional e internacional sobre a política econômica. A maioria dos tomadores de decisões econômicas ainda considera o desenvolvimento sustentável

como algo exógeno às suas responsabilidades principais de gestão macroeconômica e outras ramificações da política econômica. Entretanto, integrar questões ambientais e sociais às decisões econômicas é essencial para seu sucesso.

12. Há tempo demais, economistas, ativistas sociais e cientistas ambientais têm simplesmente falado ao mesmo tempo – quase falando línguas diferentes ou no mínimo dialetos diferentes. Chegou a hora de unificar as disciplinas, desenvolver uma linguagem comum para o desenvolvimento sustentável que transcenda os campos opostos; em outras palavras, trazer o paradigma do desenvolvimento sustentável para a economia tradicional. Desta forma, será muito mais difícil para políticos e legisladores ignorá-lo.
13. É por este motivo que o Painel afirma que a comunidade internacional precisa daquilo que alguns chamaram de “uma nova economia política” para o desenvolvimento sustentável. Isto significa, por exemplo: aperfeiçoar radicalmente a interface entre ciência e política ambiental, reconhecendo que, em determinados domínios ambientais, tal como mudança climática, há uma “falha mercadológica” que exige tanto regulação quanto o que os economistas reconheceriam como precificação das “externalidades ambientais”, ao mesmo tempo tornando explícitos os custos econômicos, sociais e ambientais da ação e omissão; reconhecer a importância da inovação, novas tecnologias, cooperação internacional e investimentos, respondendo a estes problemas e gerando maior prosperidade; reconhecer que se deve concordar com uma abordagem para se quantificar o custo econômico da exclusão social sustentada – por exemplo, o custo de excluir mulheres da força de trabalho; reconhecer que os mercados privados sozinhos podem ser incapazes de gerar a escala necessária para dar uma resposta adequada à crise de segurança alimentar; e exigir que as agências internacionais, governos nacionais e empresas privadas apresentem relatório sobre seu desempenho anual de desenvolvimento sustentável em relação às medidas de sustentabilidade acordadas. Devemos reconhecer também que este é um desafio central para a própria política. A menos que o processo político seja igualmente capaz de adotar o paradigma de desenvolvimento sustentável, não poderá haver progresso.
14. A escala de investimento, inovação, desenvolvimento tecnológico e criação de empregos necessários para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza está além do alcance do setor público. O Painel, portanto, defende o uso do poder da economia para criar um crescimento inclusivo e sustentável e gerar valor além dos conceitos estreitos de

riqueza. Os mercados e o empreendedorismo serão um fator essencial da tomada de decisão e mudança econômica. E o Painel apresenta um desafio para os nossos governos e instituições internacionais: aprimorar o trabalho conjunto na resolução dos problemas comuns e promoção dos interesses compartilhados. A mudança significativa é possível quando os atores dispostos unem forças em coalizões que visem ao futuro e assumem a liderança na contribuição para o desenvolvimento sustentável.

15. O Painel defende que ao adotar uma nova abordagem à economia política de desenvolvimento sustentável, nós levaremos o paradigma de desenvolvimento sustentável das margens para o centro do debate econômico global. Portanto, tanto o custo da ação quanto o custo da omissão se tornarão transparentes. Apenas então poderá o processo político invocar tanto os argumentos quanto a vontade política necessária para atuar por um futuro sustentável.
16. O Painel insta o uso dessa nova abordagem à economia política de desenvolvimento sustentável de modo a abordar o desafio de desenvolvimento sustentável de uma maneira nova e operacional. É evidente que o desenvolvimento sustentável é um objetivo correto. Nosso desafio é demonstrar que ele também é racional - e que o custo da omissão supera em muito o custo da ação.
17. O relatório do Painel faz diversas recomendações concretas para avançar a nossa visão de um planeta sustentável, uma sociedade justa e uma economia em crescimento:
 - a) é essencial que nós adotemos um novo nexo entre alimentos, água e energia em vez de tratá-los isoladamente. Todos os três precisam ser totalmente integrados, não tratados separadamente se formos lidar com a crise global de segurança alimentar. É hora de adotar uma segunda revolução ecológica - uma “revolução sempre verde” - que duplique a produtividade, mas cresça a partir dos princípios de sustentabilidade;
 - b) é hora de esforços globais audaciosos, inclusive o lançamento de uma grande iniciativa científica global para fortalecer a interface entre ciência e políticas. Devemos definir, por meio da ciência, o que os cientistas chamam de “fronteiras planetárias”, “limites ambientais” e “pontos de inflexão”. Deve ser dada prioridade aos desafios atualmente enfrentados pelo ambiente marinho e a “economia azul”;
 - c) a maioria dos produtos e serviços vendidos hoje não reflete o custo total ambiental e social da produção e do consumo. Com base na

ciência, precisamos chegar a um consenso, ao longo do tempo, sobre as metodologias para precificá-los adequadamente. Estabelecer os custos de externalidades ambientais pode abrir novas oportunidades para o crescimento verde e empregos verdes;

- d) para abordar a exclusão social e ampliação da desigualdade social também é necessário contabilizá-las, determinar seus custos e responsabilizar-se por elas. A próxima etapa é explorar como nós podemos lidar com estas questões críticas para alcançar melhores resultados para todos;
- e) a igualdade precisa estar em primeiro plano. Os países em desenvolvimento precisam de tempo, bem como de apoio financeiro e tecnológico, para realizar a transição para o desenvolvimento sustentável. Precisamos capacitar toda a sociedade - especialmente as mulheres, os jovens, os desempregados e os segmentos mais vulneráveis e fracos da sociedade. Para aproveitar adequadamente dos dividendos demográficos é preciso incluir os jovens na sociedade, na política, no mercado de trabalho e no desenvolvimento empresarial;
- f) qualquer mudança séria na direção do desenvolvimento sustentável pressupõe igualdade de gêneros. A inteligência e capacidade coletivas de metade da humanidade é um recurso que devemos nutrir e desenvolver, para o bem de diversas gerações futuras. O próximo aumento do crescimento global pode bem vir da plena autonomia econômica mulheres;
- g) muitos defendem que se não pode ser medido, não pode ser gerido. A comunidade internacional deve medir o desenvolvimento além do produto interno bruto (PIB) e desenvolver um novo índice ou conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável;
- h) o financiamento do desenvolvimento sustentável exige vastas novas fontes de capital de origem tanto privada quanto pública. Requer tanto mobilizar mais fundos públicos quanto usar capital global e nacional para alavancar o capital privado global por meio do desenvolvimento de incentivos. A assistência oficial ao desenvolvimento também permanecerá essencial para as necessidades de desenvolvimento sustentável de países de baixa renda;
- i) os governos em todos os níveis devem mudar de uma mentalidade de temas isolados para um pensamento e elaboração de políticas integradas. Devem trazer o desenvolvimento sustentável para o primeiro

A Visão do Painel

plano de suas agendas e orçamentos e buscar modelos inovadores de cooperação internacional. As cidades e comunidades locais têm um grande papel a desempenhar na promoção de uma verdadeira agenda de desenvolvimento sustentável ;

- j) as instituições internacionais têm um papel essencial. A governança internacional para o desenvolvimento sustentável deve ser fortalecida utilizando-se as instituições existentes de maneira mais dinâmica e considerando-se a criação de um conselho mundial de desenvolvimento sustentável e a adoção de metas de desenvolvimento sustentável;
 - k) os governos e organizações internacionais devem aumentar os recursos alocados à adaptação e à redução de risco de desastres e integrar o planejamento de capacidades de resposta em seus orçamentos e estratégias de desenvolvimento;
 - l) os governos, mercados e pessoas precisam olhar além das agendas de transação e ciclos políticos de curto prazo. Os incentivos que atualmente favorecem a visão de curto prazo em tomadas de decisão devem ser alterados. Escolhas sustentáveis frequentemente têm custos iniciais maiores do que os negócios habituais. Elas precisam tornar-se mais facilmente disponíveis, acessíveis e atraentes tanto para os consumidores pobres quanto para os países de baixa renda.
18. Este Painel acredita que decidir o futuro faz parte do espírito e do desejo da nossa humanidade comum. Este Painel, portanto, está do lado da esperança. Todas as grandes realizações da história humana começaram com uma visão antes de se tornarem realidade. A visão da sustentabilidade global, produzindo tanto um povo resiliente quanto um planeta resiliente, não é diferente.
19. Em 2030, uma criança nascida em 2012 - o ano de publicação de nosso relatório - completará 18 anos. Teremos feito o suficiente nos próximos anos para dar-lhe o futuro sustentável, justo e resiliente que todas as nossas crianças merecem? Este relatório é um esforço de responder essa pergunta.

Resumo das Seções do Relatório

PROGRESSO RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável não é uma meta, mas um processo dinâmico de adaptação, aprendizagem e ação. Trata-se de reconhecer, compreender e atuar nas interconexões – especialmente aquelas entre a economia, a sociedade e o meio ambiente natural. O mundo ainda não está neste caminho. Já houve progresso, mas ele não tem sido nem rápido nem profundo o suficiente e a necessidade de uma ação de maior alcance está se tornando cada vez mais urgente. Ao mesmo tempo, enfrentamos vetores de mudança cada vez mais poderosos, inclusive os impactos dos padrões atuais de produção e consumo e de escassez de recursos, inovação, mudança demográfica, mudanças na economia global, crescimento verde, aumento da desigualdade, mudança da dinâmica política e urbanização.

CAPACITANDO AS PESSOAS PARA FAZEREM ESCOLHAS SUSTENTÁVEIS

Quanto mais influência temos na sociedade, maior será o nosso impacto potencial sobre o planeta e maior a nossa responsabilidade de nos comportarmos de maneira sustentável. Isto é hoje mais verdadeiro do que nunca, quando a globalização e as pressões sobre os nossos recursos naturais significam que escolhas individuais podem ter consequências globais. Para muitos de nós, entretanto, o problema não se limita às escolhas não sustentáveis, mas principalmente à falta de escolhas. A verdadeira escolha será possível apenas quando os direitos humanos, necessidades básicas, segurança humana e resiliência humana forem garantidos. As áreas prioritárias de ação incluem:

- cumprimento dos princípios fundamentais do desenvolvimento: compromissos internacionais para erradicar a pobreza, promover os direitos humanos e a segurança humana e avançar a igualdade de gênero;
- promover a educação para o desenvolvimento sustentável, inclusive educação secundária e vocacional, e criação de capacidade para ajudar a assegurar que toda a sociedade possa contribuir para soluções para os desafios atuais e aproveitem as oportunidades;
- criar oportunidades de emprego, especialmente para mulheres e jovens, para fomentar um crescimento ecológico e sustentável;
- capacitar os consumidores para fazerem escolhas sustentáveis e promover o comportamento responsável de maneira individual e coletiva;
- gerenciar os recursos e possibilitar uma revolução verde do século XXI: agricultura, oceanos e sistemas costeiros, energia e tecnologia, cooperação internacional;

Resumo das Seções do Relatório

- construir resiliência por meio de redes sólidas de segurança, redução de risco de desastres e planos de adaptação.

TRABALHANDO RUMO A UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL

Atingir a sustentabilidade exige a transformação da economia global. Mexer apenas nas beiradas não resolverá. A crise econômica global atual, que levou muitos a questionarem o desempenho da governança econômica global existente, oferece uma oportunidade de reformas significativas. Ela nos dá uma chance para mudarmos de maneira decisiva em direção a um crescimento verde - não apenas no sistema financeiro, mas na economia real. A ação de políticas é necessária em diversas áreas fundamentais, inclusive:

- incorporar custos sociais e ambientais na regulamentação e precificação de produtos e serviços, bem como abordar falhas do mercado;
- elaborar um roteiro de incentivos que valorize cada vez mais o desenvolvimento sustentável de longo prazo em investimentos e transações financeiras;
- aumentar o financiamento do desenvolvimento sustentável, incluindo custeio público e privado e parcerias para mobilizar grandes volumes de novos financiamentos;
- ampliar a forma como medimos o progresso do desenvolvimento sustentável por meio da criação de um índice ou conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável.

FORTELECENDO A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

Para atingirmos o desenvolvimento sustentável, precisamos construir um arcabouço efetivo de instituições e processos decisórios nos níveis local, nacional, regional e global. Devemos superar o legado de instituições fragmentadas estabelecidas a partir de uma única temática; déficits tanto de liderança quanto de espaço político, falta de flexibilidade para adaptação a novos tipos de desafios e crises; e uma falha frequente em prever e planejar tanto desafios quanto oportunidades - tudo isso prejudica não só a formulação de políticas como sua realização efetiva. Para construir uma melhor governança, coerência e responsabilidade para o desenvolvimento sustentável nos níveis nacional e global, as áreas prioritárias de ação incluem:

- aumentar a coerência nos planos subnacional, nacional e internacional;
- criar um conjunto de metas de desenvolvimento sustentável;

Resumo das Seções do Relatório

- elaborar um relatório periódico da perspectiva mundial do desenvolvimento sustentável que reúna informações e avaliações atualmente dispersadas nas instituições e as analise de maneira integrada;
- assumir um novo compromisso para revitalizar e reformar o arcabouço institucional internacional, inclusive considerando a criação de um conselho mundial de desenvolvimento sustentável.

As Recomendações do Painel

O Painel apresenta 56 recomendações para avançar sua visão de um planeta sustentável, uma sociedade justa e uma economia em crescimento.

RECOMENDAÇÕES PARA CAPACITAR AS PESSOAS A FAZEREM ESCOLHAS SUSTENTÁVEIS

1. Governos e doadores internacionais devem aumentar seus esforços para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades como as principais prioridades para atingir o desenvolvimento sustentável.
2. Os governos devem respeitar, proteger e garantir os direitos humanos, inclusive o direito de participar do governo diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos como reconhecido na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966.
3. Os governos devem acelerar a implementação dos compromissos para fazer avançar a igualdade de gênero e direitos das mulheres, inclusive mediante a revogação de leis discriminatórias e eliminação de barreiras formais, reforma de instituições e a elaboração e adoção de medidas inovadoras para abordar práticas informais e culturais que atuem como barreiras. Deve-se dar ênfase particular a:
 - a) assegurar que as mulheres tenham acesso pleno e igualitário aos recursos produtivos, e seu controle, por meio do direito igual à propriedade e o direito a herança e acesso igual a serviços de crédito, financeiros e de extensão em toda a cadeia de valor;
 - b) assegurar direitos e oportunidades iguais a mulheres em processos de tomada de decisão política que sejam participativos, sensíveis, equitativos e inclusivos;
 - c) assegurar acesso universal a planejamento familiar de qualidade e preços acessíveis, bem como a outros direitos sexuais e reprodutivos e serviços de saúde.
4. Os governos devem considerar o estabelecimento de um fundo global para educação. Esse fundo deve ser destinado a atrair o apoio de governos, organizações não governamentais e do setor privado, evoluir da atual Parceria Global para Educação do Banco Mundial e receber a tarefa de fechar a lacuna da educação primária até 2015, de modo que haja uma esperança real para a realização do Objetivo 2 de Desenvolvimento do Milênio.

Resumo das Seções do Relatório

5. Os governos devem aumentar seus esforços para atingir o Objetivo 2 de Desenvolvimento do Milênio de educação primária universal até 2015 e estabelecer o objetivo de prover acesso universal à educação pós-primária e secundária de qualidade no máximo até 2030, enfatizando as capacidades e os conhecimentos necessários para empregos e crescimento sustentável.
6. Os governos, o setor privado, a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento internacional relevantes devem trabalhar juntos para prover treinamento vocacional e reciclagem e desenvolvimento profissional no contexto da aprendizagem contínua para toda a vida voltada ao preenchimento das lacunas de capacidades em setores essenciais para o desenvolvimento sustentável. Devem priorizar mulheres, jovens e grupos vulneráveis nesses esforços.
7. Os governos devem adotar e avançar as políticas de “empregos verdes” e de trabalho decente como uma prioridade em seus orçamentos e estratégias de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que criam condições para novos empregos no setor privado.
8. Os governos e empresas devem firmar parcerias e prestar serviços de lançamento de empresas para jovens empreendedores.
9. Os empregadores, governos e sindicatos devem usar uma abordagem abrangente para promover a igualdade no local de trabalho, inclusive pela adoção de princípios de não discriminação; medidas para o avanço de mulheres em funções de liderança; políticas profissionais e de saúde sensíveis ao gênero; educação, treinamento e desenvolvimento profissional, visando às mulheres e minorias; e compromissos para medir o progresso e informá-lo ao público.
10. Os governos e empresas devem reconhecer os benefícios econômicos de possibilitar a participação plena de mulheres na economia pela implementação de políticas econômicas que abordem explicitamente os desafios únicos que limitam as mulheres, particularmente:
 - a) Permitir o acesso das agricultoras a terras e recursos;
 - b) melhorar o acesso das mulheres a serviços financeiros e capital;
 - c) melhorar o acesso aos mercados por meio de programas de assistência comercial e técnica e de microfinanciamento;
 - d) apoiar o aumento de líderes mulheres nos setores público e privado.

Resumo das Seções do Relatório

11. Os governos e outras autoridades públicas devem promover processos abertos, transparentes, equilibrados e baseados na ciência para desenvolver esquemas de rotulagem e outros mecanismos que reflitam integralmente o impacto da produção e consumo e trabalhar com o setor privado para assegurar que a rotulagem, a apresentação de relatórios corporativos e as atividades de apoio sejam precisos, eficazes em relação ao custo e confiáveis, de modo a possibilitar que os consumidores façam escolhas informadas, particularmente em áreas de alto impacto sobre sistemas humanos e naturais, sem criar barreiras ao comércio.
12. Os governos devem fazer com que as escolhas sustentáveis sejam mais facilmente disponíveis, acessíveis e atraentes aos consumidores mediante o estabelecimento, junto com o setor privado, de normas sustentáveis para produtos, de acordo com a melhor tecnologia disponível e sem criar barreiras comerciais e pela aplicação de incentivos e desincentivos de preços.
13. O governo e as entidades não governamentais devem promover os conceitos de desenvolvimento sustentável e consumo sustentável e estes devem ser integrados aos currículos da educação primária e secundária.
14. O Painel acolhe as discussões sobre as dimensões éticas do desenvolvimento sustentável na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) em 2012 entre todas as partes interessadas, com base em experiências e instrumentos relevantes, inclusive a Carta da Terra, para subsidiar os governos em seus esforços para a mudança em direção ao desenvolvimento sustentável.
15. Os governos e organizações internacionais devem trabalhar para criar uma nova revolução verde – uma “revolução sempre verde” para o século XXI que vise, no mínimo, dobrar a produtividade enquanto reduz drasticamente o uso de recursos e evita a perda adicional de biodiversidade, perda do solo e esgotamento e contaminação da água, inclusive mediante a ampliação do investimento em pesquisa e desenvolvimento agrícola, para assegurar que pesquisas avançadas sejam rapidamente levadas do laboratório para o campo. Os governos devem designar a FAO para trabalhar com os parceiros e participantes chave para iniciar e coordenar esta tarefa, já que a organização tem o mandato singular de reduzir o déficit alimentar mundial.
16. Os governos devem trabalhar para chegar a um acordo sobre os princípios globais para negócios sustentáveis e responsáveis de investimento em terras e água, incluindo esforços contínuos para promover o investimento

Resumo das Seções do Relatório

agrícola responsável (IAR), com ênfase particular na proteção dos direitos e sustento de pessoas pobres que dependem desses recursos básicos, ao mesmo em tempo em que asseguram a sustentabilidade ambiental.

17. Os governos devem estabelecer e aumentar os esquemas de gerenciamento integrado de recursos hídricos, tendo em mente que a água tem papéis multifacetados, incluindo consumo, saneamento, indústria, agricultura e energia.
18. Os governos devem se comprometer com o estabelecimento de arcabouços regionais de gestão costeira e dos oceanos nos principais ecossistemas marinhos, inclusive mediante:
 - a) melhor cooperação na gestão costeira e dos oceanos envolvendo as partes interessadas;
 - b) planejamento marinho e costeiro por países em áreas regionais, levando em conta as necessidades, ecossistemas e usuários específicos em suas áreas e sustentado por mecanismos sólidos de financiamento para desenvolver e implementar esses planos;
 - c) capacitação de gestores, formuladores de políticas e cientistas marinhos em países em desenvolvimento, especialmente nos pequenos países insulares em desenvolvimento e outros Estados costeiros;
 - d) melhores sistemas de monitoramento e vigilância.
19. Quando as organizações regionais de gerenciamento da pesca estiverem operantes, devem procurar tornar suas políticas e práticas compatíveis com o gerenciamento coordenado dos oceanos regionais, apoiando-o. Organizações regionais de gerenciamento da pesca, governos e gestores marinhos devem concentrar-se em uma abordagem ecossistêmica para a gestão da pesca a fim de proporcionar melhores benefícios econômicos e ambientais.
20. Os governos devem trabalhar em conjunto com as partes interessadas para assegurar o acesso universal à energia sustentável de custo acessível até 2030, bem como buscar dobrar a taxa de melhoria da eficiência energética e da proporção de energia renovável na matriz global de energia. Os governos e organizações internacionais devem promover tecnologias de economia de energia e energia renovável mediante o incentivo à pesquisa e desenvolvimento e investimento nesse sentido.

Resumo das Seções do Relatório

21. Os governos devem trabalhar com as partes interessadas para prover aos cidadãos, especialmente àqueles que se encontram em áreas remotas, acesso às tecnologias, incluindo redes universais de telecomunicações e banda larga, até 2025.
22. Os governos, instituições financeiras internacionais e grandes empresas devem ser estimulados a participarem de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável orientado à inovação e à tecnologia em maior escala, melhorando a capacidade tecnológica dos países em desenvolvimento e aproveitando integralmente as funções potenciais desempenhadas por tecnologias que visam reduzir o impacto sobre o clima ao lidar com a mudança climática global e ao desenvolver uma economia verde. Os acordos obtidos sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática em Cancun e Durban representam um bom passo nessa direção.
23. Os países devem trabalhar para assegurar que todos os cidadãos tenham acesso às redes básicas de segurança mediante esforços nacionais apropriados e do fornecimento de capacidades, fundos e tecnologias apropriadas.
24. Os governos devem elaborar e implementar políticas para gerenciar os impactos econômicos e sociais da transição e fortalecer a resiliência – particularmente mediante programas e políticas dirigidos de proteção social e pelo aumento da capacidade humanitária de lidar com o crescente estresse ambiental e os choques potenciais, onde apropriado.
25. Os governos e organizações internacionais devem acelerar seus esforços para produzir avaliações regionais de exposição e vulnerabilidade e estratégias apropriadas de precaução para prevenir impactos negativos sobre sistemas sociais e naturais que estejam totalmente concentrados nas necessidades das pessoas, com prioridade às necessidades especiais da África, pequenos países insulares em desenvolvimento, países menos desenvolvidos e países em desenvolvimento sem acesso ao mar.
26. Os governos e organizações internacionais devem aumentar os recursos alocados à adaptação e redução de riscos de desastres e integrar o planejamento para resiliência em seus orçamentos e estratégias de desenvolvimento.

RECOMENDAÇÕES PARA UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL

- 27.** Os governos devem estabelecer sinais de preço que valorizem a sustentabilidade para orientar as decisões de consumo e investimento dos domicílios, das empresas e do setor público. Particularmente, os governos podem:
- a) estabelecer instrumentos de precificação dos recursos naturais e externalidades, incluindo precificação de carbono, por meio de mecanismos como tributação, regulação ou esquemas de comércio de emissões, até 2020;
 - b) assegurar que o desenvolvimento das políticas reflita os benefícios positivos da inclusão de mulheres, jovens e pobres mediante sua contribuição e plena participação na economia e também contabilize os custos econômicos, ambientais e sociais;
 - c) reformar os sistemas nacionais fiscais e de crédito para dar incentivos de longo prazo para práticas sustentáveis, bem como desincentivos para comportamentos insustentáveis;
 - d) elaborar e ampliar esquemas nacionais e internacionais de pagamentos por serviços ecossistêmicos em áreas como uso da água, agricultura, pesca e sistemas florestais;
 - e) abordar sinais de preço que distorcem as decisões de consumo e investimento de domicílios, empresas e do setor público e debilitam os valores da sustentabilidade. Os governos devem avançar no sentido de divulgar de maneira transparente todos os subsídios e devem identificar e eliminar aqueles subsídios que provoquem as maiores perdas dos recursos naturais, ambientais e sociais;
 - f) eliminar gradualmente os subsídios a combustíveis fósseis e reduzir outros subsídios perversos ou os que distorcem o comércio até 2020. A redução dos subsídios deve ser realizada de maneira a proteger os pobres e facilitar a transição para os grupos afetados quando esses produtos ou serviços forem essenciais.
- 28.** Os governos, outras instituições públicas, como universidades, e organizações internacionais devem desenvolver critérios de desenvolvimento sustentável para suas compras, visando que nos próximos dez anos as compras se tornem sustentáveis e eficazes em relação ao custo e devem emitir relatórios públicos anuais sobre seu progresso a partir de 2015.

Resumo das Seções do Relatório

29. Os governos devem desenvolver normas para a produção e extração de recursos para apoiar a transição para uma economia global sustentável. Devem ainda estimular a ampla adoção e incorporação pelas empresas de princípios voluntários de sustentabilidade derivados de acordos e convenções internacionais.
30. Os governos devem promover e incentivar a inclusão de critérios de desenvolvimento sustentável de longo prazo em investimento e transações conduzidas por empresas, incluindo transações financeiras. Grupos empresariais devem trabalhar com os governos e agências internacionais para desenvolver uma estrutura para os relatórios de desenvolvimento sustentável e devem considerar o relatório obrigatório para as empresas com capitalizações de mercado acima de \$100 milhões.
31. As empresas devem buscar alinhar suas práticas de negócios aos princípios universalmente aceitos relativos a direitos humanos, mão de obra, sustentabilidade ambiental e combate à corrupção, tais como os estabelecidos no Pacto Global.
32. Devido à importância dos grandes fundos de capital privado e soberano para possibilitar a transição para o desenvolvimento sustentável, instamos as entidades abaixo a explorarem uma série de medidas para aplicação dos critérios de desenvolvimento sustentável, incluindo:
 - a) conselhos de fundos soberanos e de fundos de pensão públicos nacionais e internacionais, bem como outras grandes instituições financeiras, em suas decisões de investimento;
 - b) governos ou reguladores do mercado de ações, para que adotem ou revisem regulamentos para estimular seu uso;
 - c) bolsas de valores, para que facilitem sua aplicação na análise de empresas e seus relatórios de conformidade;
 - d) governos, para que elaborem incentivos e criem um ambiente propício para chamar que os conselhos de administração os considerem (dever de lealdade);
 - e) governos e agências de classificação de crédito, para que os integre em suas respectivas avaliações de risco.

Resumo das Seções do Relatório

33. Os governos, instituições internacionais e bancos de desenvolvimento internacionais devem aumentar seus esforços para promover o desenvolvimento sustentável e avaliar e monitorar adequadamente as consequências de suas políticas nas esferas social e ambiental. Bancos de desenvolvimento multilaterais e regionais e agências de crédito de exportação devem aplicar critérios de desenvolvimento sustentável, ao considerarem os riscos do país.
34. Os governos e empresas devem firmar parcerias estratégicas entre eles e as comunidades locais para a efetuar investimentos em desenvolvimento sustentável.
35. Os governos, instituições financeiras internacionais e grandes empresas devem trabalhar juntos para criar incentivos para aumentar os investimentos em tecnologias sustentáveis, inovações e infraestruturas, inclusive mediante a adoção de políticas e metas que reduzam a incerteza dos investidores; a promoção de redes público-privadas para apoiar a pesquisa e desenvolvimento; a elaboração de esquemas de garantia de risco e o fornecimento de capital de risco; e o financiamento inicial de empresas.
36. Os governos devem usar o investimento público para criar ambientes propícios que catalisem financiamento adicional substancial do setor privado, por exemplo, mediante o fornecimento de infraestrutura, partilha de riscos, financiamento para cobrir os déficits de viabilidade ou compromissos antecipados de compra.
37. Os governos devem buscar incentivar investimentos em desenvolvimento sustentável conformando os cálculos de investidores em relação ao futuro particularmente por meio do maior uso de mecanismos de partilha de risco e o aumento da certeza sobre o ambiente regulatório e de políticas de longo prazo. As medidas podem incluir metas para energia renovável ou conservação, redução de resíduos, conservação da água, acesso a mercados de carbono por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto ou perspectivas sustentadas para o financiamento público.
38. Os governos e o setor financeiro devem desenvolver parcerias inovadoras para proporcionar capacitação e maior acesso ao capital, como uma maneira de incentivar pequenas e médias empresas e permiti-las a participar da nova economia sustentável.

Resumo das Seções do Relatório

39. Para medir os progressos alcançados no desenvolvimento sustentável, deve ser elaborado um índice de desenvolvimento sustentável ou um conjunto de indicadores até 2014. Para este fim, o Secretário-Geral deve indicar uma força tarefa técnica, com as partes interessadas relevantes.

RECOMENDAÇÕES PARA FORTALECER A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

40. Como base para o desenvolvimento sustentável, os governos devem assegurar o estado de direito, a boa governança e os direitos de acesso dos cidadãos a informações oficiais, a participação pública em tomada de decisões e o acesso igual à justiça.
41. Os governos devem possibilitar a participação e influência dos jovens nos processos decisórios nos níveis local, nacional e internacional. Ademais, os processos de consulta e diálogo devem ser estimulados para incorporar vozes de redes não convencionais e comunidades de jovens, tais como fóruns da internet e blogs formadores de opinião.
42. Os governos devem adotar abordagens para as questões de desenvolvimento sustentável que incluam todo o governo, sob a liderança do Chefe de Estado ou de Governo, envolvendo todos os ministérios relevantes para tratar dessas questões nos setores.
43. Os governos e parlamentos devem incorporar a perspectiva de desenvolvimento sustentável em suas estratégias, sua legislação e, em particular, nos seus processos orçamentários. Para este fim, devem ser levadas em conta as dimensões econômicas, sociais e ambientais de questões como a erradicação da pobreza, criação de empregos, redução da desigualdade, padrões insustentáveis de consumo e produção, energia, mudança climática, biodiversidade e crescimento verde. Devem explorar maneiras de incorporar considerações específicas de sustentabilidade na supervisão orçamentária, elaborar relatórios públicos sobre as atividades relevantes e disponibilizar os orçamentos a seus cidadãos.
44. Devem ser tomadas medidas para fortalecer a interface entre a formulação de políticas e a ciência para facilitar a tomada de decisões políticas informadas sobre questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Os representantes da comunidade científica podem ser incluídos como membros ou assessores em órgãos nacionais ou locais relevantes que tratam das questões de desenvolvimento sustentável.

Resumo das Seções do Relatório

45. O Painel reconhece a aspiração universal de alcançar o desenvolvimento sustentável. Reconhece também a diversidade de circunstâncias nacionais e de desafios sociais, econômicos e ambientais. O Painel insta que se crie um processo para explorar o conceito e aplicação da questão crítica da igualdade em relação ao desenvolvimento sustentável, visando incorporar o resultado no processo da Rio +20 e seus desdobramentos.
46. Os doadores bilaterais, instituições internacionais e bancos de desenvolvimento devem intensificar seus esforços para promover o desenvolvimento sustentável de maneira abrangente e devem monitorar e informar regularmente o impacto das suas políticas de desenvolvimento sustentável.
47. Como a política de desenvolvimento sustentável internacional é fragmentada e, em particular, o pilar ambiental é fraco, o PNUMA deve ser fortalecido.
48. Os governos devem concordar em desenvolver um conjunto de metas de desenvolvimento sustentável universais chave, incluindo as três dimensões de desenvolvimento sustentável, bem como suas interconexões. Tais metas devem galvanizar a ação individual e coletiva bem como complementar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ao mesmo tempo em que permitem uma estrutura pós-2015. Um mecanismo especializado deve ser estabelecido pelo Secretário-Geral para detalhar e refinar as metas antes de sua adoção pelos Países-Membros das Nações Unidas.
49. O Painel apoia a iniciativa “Energia Sustentável para Todos” do Secretário-Geral, que deve ser implementada sem demora.
50. O Secretário-Geral deve liderar um esforço conjunto com os chefes das organizações internacionais relevantes, incluindo as agências relevantes das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais, setor privado e outras partes interessadas, para preparar um relatório periódico da perspectiva mundial do desenvolvimento sustentável que reúna informações e avaliações atualmente dispersadas nas instituições e as analise de maneira integrada.
51. Os governos e a comunidade científica devem tomar medidas práticas, inclusive mediante o lançamento de uma grande iniciativa científica global, para fortalecer a interface entre as políticas e a ciência. Isto deve incluir a preparação de avaliações e resumos regulares da base científica de conceitos como “fronteiras planetárias”, “pontos de inflexão” e “limites ambientais” no contexto do desenvolvimento sustentável. Isto complementaria outros trabalhos científicos da agenda de desenvolvimento sustentável, incluindo seus aspectos econômicos e sociais, para aperfeiçoar os dados e o conhecimento

Resumo das Seções do Relatório

sobre fatores socioeconômicos como a desigualdade. Ademais, o Secretário-Geral deve considerar a nomeação de um assessor científico chefe ou estabelecer um conselho consultor científico com conhecimento e experiência diversificados para assessorá-lo e a outros órgãos das Nações Unidas.

52. Os governos devem considerar a criação de um conselho mundial de desenvolvimento sustentável para melhorar a integração das três dimensões de desenvolvimento sustentável, abordar questões emergentes e rever o progresso da sustentabilidade, com reuniões periódicas ao longo do ano. Esse órgão pode ser um órgão subsidiário da Assembleia Geral e substituiria a Comissão de Desenvolvimento Sustentável. Precisaria ter uma ampla composição geográfica e política e a participação plena das instituições internacionais relevantes - inclusive agências das Nações Unidas e instituições financeiras internacionais - assim como atores não estatais da sociedade civil, do setor privado e da comunidade científica.
53. Esse conselho desenvolveria um mecanismo de revisão por pares que estimularia os Estados, em um espírito construtivo, a explicarem suas políticas, compartilharem experiências e lições aprendidas e cumprirem seus compromissos.
54. Os governos devem também usar as instituições existentes de uma maneira mais dinâmica, inclusive usando o período entre a realização da Rio +20, em 2012, e 2015 para revisão e experimentação, a fim de incorporar as soluções testadas às estruturas de desenvolvimento pós-2015 e reformas institucionais.
55. O Secretário-Geral deve acelerar o desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o sistema das Nações Unidas de modo a contribuir à coerência, melhor definir as responsabilidades entre os órgãos das Nações Unidas, reduzir a sobreposição e duplicação de esforços e melhorar a prestação de contas da implementação. A estratégia deve ser revista por todos os órgãos relevantes e conselhos diretores das Nações Unidas, envidando esforços especiais para forjar uma visão unificada entre os países que seja comum a todos os conselhos e processos.
56. O Secretário-Geral deve fazer pleno uso das Nações Unidas como espaço mundial de reunião, convocando intercâmbios de alto nível sobre desenvolvimento sustentável quando os líderes se reunirem na abertura da nova sessão da Assembleia Geral. Essas reuniões devem ser usadas para estabelecer a agenda e abordar as questões emergentes reunindo os Chefes de Estado ou de Governo, os chefes de instituições internacionais e representantes da sociedade civil e do setor privado.



Um Chamado à Ação

O acompanhamento ativo se faz agora crucial. O Painel espera que o Secretário-Geral implemente as recomendações que sejam de sua competência e leve o conjunto completo de recomendações a toda família das Nações Unidas. O Painel também espera que o Secretário-Geral e a Organização das Nações Unidas utilizem o poder de convocação da Organização para promover as recomendações junto a outros participantes da comunidade internacional mais ampla, incluindo governos em todos os níveis, organizações internacionais, sociedade civil, comunidade científica e setor privado.



Antecedentes do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global

O Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, estabeleceu o Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global em agosto de 2010. O Secretário-Geral solicitou que os membros do Painel, atuando como especialistas, refletissem e formassem uma nova visão para o crescimento sustentável e a prosperidade, juntamente com mecanismos para torná-la realidade.

O Painel foi composto por pessoas que fizeram contribuições excepcionais às questões sob consideração. São elas:

CO-PRESIDENTES DO PAINEL

- **Tarja Halonen**, Presidente da Finlândia
- **Jacob Zuma**, Presidente da África do Sul

OUTROS MEMBROS (ORDEM ALFABÉTICA)

- **Sheikh Abdallah Bin Zayed Al Nahayan**, Ministro de Relações Exteriores dos Emirados Árabes Unidos
- **Hajiya Amina Az-Zubair**, Ex-assistente Especial Sênior e Assessor do Presidente da Nigéria para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- **Ali Babacan** Vice-Primeiro Ministro da Turquia
- **James Laurence Basillie**, Presidente do Conselho do Centro para Inovação em Governança Internacional, Canadá, e ex-Co-Presidente da Research in Motion
- **Alexander Bedritsky**, Assessor do Presidente da Federação Russa, Enviado Especial para Clima e Presidente Emérito da Organização Meteorológica Mundial
- **Gro Harlem Brundtland**, Ex-Primeira Ministra da Noruega, Ex-Diretora Geral da Organização Mundial da Saúde e Presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- **Micheline Calmy-Rey**, Ex-Presidente e Ex-Ministra de Relações Exteriores da Suíça
- **Julia Carabias Lillo**, Ambientalista e Ex-Secretária do Meio Ambiente do México
- **Gunilla Carlsson**, Ministro de Cooperação para Desenvolvimento Internacional da Suécia
- **Luisa Dias Diogo**, Membro do Parlamento e ex-Primeira Ministra de Moçambique
- **Han Seung-soo**, Presidente do Conselho de Administração do Global Green Growth Institute e ex-Primeiro Ministro da República da Coreia

Antecedentes do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global

- **Yukio Hatoyama**, Membro da Câmara dos Deputados e ex-Primeiro Ministro do Japão
- **Connie Hedegard**, Comissária Europeia para Ação Climática e ex-Ministra de Meio Ambiente e ex-Ministra do Clima e Energia da Dinamarca
- **Cristina Narbona Ruiz**, Parlamentar, ex-Representante Permanente da OECD, e ex-Ministra do Meio Ambiente da Espanha
- **Jairam Ramesh**, Ministro de Desenvolvimento Rural da Índia
- **Susan E. Rice**, Representante Permanente das Nações Unidas e Membro do Gabinete do Presidente dos Estados Unidos
- **Kevin Rudd**, Ministro de Relações Exteriores e ex-Primeiro Ministro da Austrália
- **Freundel Stuart**, Primeiro Ministro de Barbados
- **Izabella Mônica Vieira Teixeira**, Ministra do Meio Ambiente do Brasil
- **Zheng Guoguang**, Administrador da Administração Meteorológica da China

(EX-OFFICIO)

- **Janos Pasztor**, Secretário-Executivo do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global

PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O TRABALHO DO PAINEL

O relatório completo do Painel Resilient People, Resilient Planet: a Future Worth Choosing” (Povos Resilientes, Planeta Resiliente: um Futuro Digno de Escolha), bem como as informações sobre as atividades do Painel, estão disponíveis em **www.un.org/gsp**.

A Secretaria do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global pode ser contatada pelo endereço Room A-300, United Nations Headquarters, New York, NY 10017, ou pelo e-mail: **gsp-secretariat@un.org**.

Direitos autorais © 2012 Nações Unidas

